

## Israel e Hamas chegam a acordo para cessar-fogo

Negociação envolve troca de reféns, ajuda humanitária e teve mediação de EUA, Catar e Egito p. 16

### Indicadores

15 de janeiro de 2025



+2,81

B3

**Volume: R\$ 70,262 bi**  
A Bolsa disparou e teve a maior alta desde maio de 2023, chegando aos 122 mil pontos. O dólar fechou a sessão em queda após divulgação do índice de preços ao consumidor dos EUA.

No mês	No ano	Em 12 meses
+1,65%	+1,97%	-6,26%

### Dólar

Comercial	6,0242/6,0252
Banco Central	6,0371/6,0377
Turismo	6,1800/6,2740

### Euro

Comercial	6,2000/6,2020
Banco Central	6,0371/6,0377
Turismo	6,4000/6,4910

### SISTEMA FINANCEIRO

#### Governo federal recua e revoga norma da Receita sobre o Pix

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, afirmou ontem que o governo vai revogar a norma da Receita Federal que amplia a fiscalização sobre transações de pessoas físicas via Pix que somarem ao menos R\$ 5 mil por mês. De acordo com o governo, a decisão ocorreu pela desinformação sobre a medida nas redes sociais. p. 8

### ENERGIA

#### Mobilização pela volta da usina Candiota inclui apelo a Alckmin amanhã

A prefeitura de Candiota, empresários e trabalhadores da Usina Termelétrica Candiota 3 devem se reunir com o vice-presidente Geraldo Alckmin, que visita o Rio Grande do Sul amanhã para realizar anúncios de investimentos. O grupo pretende pressionar por uma Medida Provisória que permita a reabertura da usina gaúcha. p. 15



NATHAN LEMOS/JC

Capão da Canoa é um dos municípios que tem sua população multiplicada em janeiro; especial do GeraçãoE mostra a oferta de gastronomia

## Veraneio impulsiona negócios no Litoral e permite a expansão de empreendimentos

### ENTREVISTA

#### Economista diz que só a redução de juros não resolve problema da dívida do RS

Economista do Ano de 2024 pelo Corecon-RS, Darcy Francisco Carvalho dos Santos vê problema estrutural no débito e diz que reabilitação do Estado passa por combate a secas. p. 10



EVANDRO OLIVEIRA/JC

Darcy Francisco Carvalho dos Santos analisa contas públicas

### MINUTO VAREJO p. 5

#### Lideranças da comitiva gaúcha fazem balanço da feira NRF 2025

### CULTURA p. 23

#### Porto Alegre terá festival de jazz com shows no fim de semana

# economia

## ‘Só a redução dos juros da dívida não resolverá problema do RS’, aponta economista

### / ENTREVISTA

Nícolás Pasinato  
nicolasp@jcrs.com.br

O economista Darcy Francisco Carvalho dos Santos é considerado um dos principais especialistas quando o assunto é finanças públicas do Rio Grande do Sul. No fim do ano passado, teve sua trajetória reconhecida ao receber o Prêmio Economista do Ano pelo Conselho Regional de Economia da 4ª Região (Corecon-RS). Nesta entrevista ao **Jornal do Comércio**, Darcy aborda, sob a ótica do cenário atual, alguns dos principais temas que estiveram no centro de seus estudos ao longo dos últimos anos. Entre eles, trata da nova lei de renegociação das dívidas dos estados com a União, batizada de Programa de Pleno Pagamento de Dívidas dos Estados (Propag), recém-sancionada com vetos pelo governo federal.

**Jornal do Comércio** - A situação da dívida do Rio Grande do Sul tem se arrastado por décadas. Agora, o governo federal aprovou com vetos o novo projeto, o Propag, que pode incluir o Rio Grande do Sul e cujo conteúdo prevê desconto nos juros e prazo de 30 anos para pagamento do saldo devedor. Como o senhor avalia a iniciativa e por que há tanta dificuldade de solucionar esse problema crônico envolvendo Estado e União?

**Darcy Francisco Carvalho dos Santos** - Ao contrário do que se costuma ouvir, o problema da dívida não está nos juros, hoje de 4% ao ano, incidentes sobre o saldo devedor, que reduz a cada pagamento. Na média, é muito menor que 4%. Com essa taxa, com o crescimento nominal da receita maior que o do indexador da dívida, a tendência da dívida é cair. Acontece que a receita nem sempre cresceu, e o indexador foi por muito tempo o IGP-DI, que cresceu muito acima do IPCA, índice oficial da inflação. O grande problema da dívida foi que, na negociação de 1998, em vez de ser paga a prestação calculada, foi pago um limite de 13% da receita, e dentro desses 13% foram colocadas oito operações de dívida anteriores. Pagava-se pouco mais de

50% do valor calculado, deixando o restante no saldo devedor, que recebia novamente juros e correção monetária. Em 2016 foi feito um bom acordo, desta feita sem o limite para pagamento. Mas sobreveio a recessão de 2014-2016, com grande queda na receita estadual, ao mesmo tempo que o governo anterior a esse período concedeu enormes reajustes a parte dos funcionários para o governo seguinte pagar. Com isso, por liminar junto ao STF (Supremo Tribunal Federal), ficamos 5 anos sem pagar que, somado a mais 5 anos do reescalamento do Regime de Recuperação Fiscal,



O problema do Estado é estrutural: o reduzido resultado primário, basicamente em decorrência dos problemas climáticos

totalizaram 10 anos; e, agora, mais 3 anos devido às enchentes. Com isso, o saldo devedor foi às alturas. Sobre o Propag, ainda não está claro seu conteúdo, mas só a redução de juros não basta. Precisa um desconto que deixe a dívida muito menor e, mesmo assim, se não amenizarmos os efeitos dos problemas climáticos, o Estado continuará não podendo pagá-la.

**JC** - Ainda sobre a dívida gaúcha, como o senhor avaliou a iniciativa aprovada pelo governo federal no ano passado de suspender por três anos o pagamento do débito e de anistiar os juros nesse período?

**Darcy** - Foi uma medida necessária, mas apenas amenizará o problema. O problema do Estado é estrutural: o reduzido resultado primário, basicamente em decorrência dos problemas climáticos. O grande problema, o previdenciário, está equacionado e será amenizado com o tempo.

**JC** - Como o senhor observa o

conjunto de medidas dos governos para recuperar o Estado após a enchente de maio e o ritmo da retomada econômica?

**Darcy** - O Estado está retomando a atividade econômica. O ICMS (Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços) cresceu em 2024, 13,3% nominais ou 8,7% reais. Desde 2014, cresceu apenas 2,7% até 2023, indo para 11,6%, quando se inclui 2024. Isso deve-se muito também à boa safra agrícola. Além disso, a enchente acabou desviando um pouco o foco sobre o que considero o verdadeiro problema econômico gaúcho, que são as secas. Por isso, vejo que além de olhar para o combate a novas cheias, uma boa parte dos investimentos futuros do Rio Grande do Sul deveriam ser direcionados para o enfrentamento das secas.

**JC** - O seu mais recente livro trata das ‘Crenças e situações que atrasam o País’. Poderia dar um exemplo do tema central?

**Darcy** - A crença que prejudica muito o País é a de que os recursos estão concentrados na União, porque isso conduz a uma série de reivindicações por parte dos demais entes federados, que não tratam adequadamente suas finanças. E o governo federal, por outro lado, continua gastando e se endividando, como se tivesse bastante dinheiro à disposição. Na realidade, da receita líquida do governo, 80% são despendidos com seguridade social (previdência, assistência social e saúde). Mesmo assim, a saúde é o caos que conhecemos. Além disso, há um enorme dispêndio com emendas parlamentares (mais de R\$ 50 bilhões por ano), sem fiscalização. O que resta não é suficiente para as demais despesas, deixando a infraestrutura totalmente carente. O resultado disso são enormes déficits nominais, que superam R\$ 1 trilhão anual, e o grande e crescente endividamento.

**JC** - A Previdência Social é outro tema central de seus estudos. As ações e reformas feitas em nível estadual e federal são suficientes para conter a alta observada nos gastos desta área?

**Darcy** - A previdência é o maior problema brasileiro. Só o INSS (Instituto Nacional do Seguro Social) tem um déficit superior



Darcy recebeu o Prêmio Economista do Ano de 2024 pelo Corecon-RS

### Perfil

**Darcy Francisco Carvalho dos Santos** é bacharel em Ciências Contábeis e em Ciências Econômicas pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (Ufgrs), com curso de Especialização na Pucrs. Trabalhou em diversas empresas privadas, foi auditor público externo do Tribunal de Contas do Estado (TCE) e auditor de finanças públicas da Secretaria da Fazenda do Rio Grande do Sul (Sefaz), tendo ingressado em ambos os cargos por concurso público. Exerceu as funções de Coordenador e Assessor Superior do Tribunal de Contas, de Coordenador de Orçamento e Finanças e de Diretor Administrativo-Financeiro na Secretaria de Educação e de Diretor-Geral na Secretaria da Justiça do Estado. Publicou, só ou em parceria, cinco livros, sendo o mais recente “Crenças e situações que atrasam o País” (2024). Atualmente é conselheiro do Conselho de Economia do Estado do Rio Grande do Sul (Corecon-RS).

a R\$ 300 bilhões anuais. E isso faz crescer o endividamento. A receita tende a crescer menos, devido às transformações no mercado de trabalho. Já a despesa, além do crescimento vegetativo de 3% ao ano, sofre o impulso dos crescimentos reais do salário-mínimo. Isso dá mais 5% ao ano, o que faz a dívida explodir. Agora, sobre a previdência nos estados e municípios, a reforma de 2019 foi a maior realizada até então, mas teve um erro crasso que foi deixar de fora os estados e os municípios, que a seguem se quiserem. O RS foi o estado que

mais seguiu a reforma federal e, ainda, fez uma grande reforma administrativa, eliminando todas as vantagens temporais e fez reforma do plano de carreira do magistério. Muitos municípios, por sua vez, estão com enormes déficits nos regimes próprios, à beira do colapso.

**JC** - O governo federal apresentou um pacote de corte de gastos, estimado inicialmente em R\$ 70 bilhões em dois anos, considerado insuficiente pelo mercado. Como o senhor observa o cenário fiscal do País?

**Darcy** - O pacote do governo era insuficiente e o Congresso o desidratou. Além disso, o governo apresentou ao mesmo tempo um corte de receita com a proposta de elevar as isenções do Imposto de Renda até R\$ 5 mil, o que provoca queda de receita de R\$ 45 a R\$ 50 bilhões. O País vive um paradoxo, PIB (Produto Interno Bruto) crescendo, desemprego caindo, mas ao mesmo tempo um enorme déficit e uma dívida alta e crescente, com juros altíssimos. O governo precisa ter superávit primário e, para isso, precisará do sacrifício e contribuição de todos os setores.



Além de olhar para o combate a novas cheias, uma boa parte dos investimentos futuros do Estado deveria ser para enfrentamento das secas